

# Ayres Brito se compromete com o PCS, mas governo Dilma não

O ministro Ayres Brito conversou rapidamente sobre o PCS com os coordenadores do Sindjufe-BA na manhã de quarta-feira. Os sindicalistas explicaram ao ministro que os servidores do Judiciário Federal em todo o país, que já lutam pela aprovação do PCS desde 2009, aguardam o apoio dele e esperam que a próxima gestão do Supremo Tribunal Federal (STF) assuma efetivamente a interlocução com o governo federal para fechar o acordo orçamentário necessário à aprovação do Plano.

Em resposta às reivindicações dos dirigentes sindicais, Ayres Brito garantiu que mantém seu compromisso não somente com o projeto que revisa o salário dos servidores, mas também com o dos magistrados. Ele disse, ainda, ao final da rápida reunião, que tem feito conversas no Congresso Nacional na tentativa de obter algum avanço em relação à tramitação do projeto no Legislativo. O ministro será o próximo presidente do STF. O ministro Cezar Peluso deixa o cargo no dia 19 de abril, próxima quinta-feira, quando haverá, inclusive em Santa Catarina, o Ato "Adeus, Peluso".

## Governo impede votação do PCS

A articulação do governo Dilma, aparentemente capitaneada pela secretária de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti - segundo apuraram coordenadores da Fenajufe - impediu nesta quarta-feira a votação do PL 6613/09, o PCS, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. Como não havia acordo firmado com o Executivo, mais uma vez os servidores do Judiciário constataram o tremendo esforço do governo para manter a política de reajuste zero para a categoria, assim como acontece em outras categorias do Executivo.

O fato mostra, mais uma vez, que o PCS não virá de graça. É preciso que os servidores se mobilizem e lutem, como nos PCSs anteriores, para arrancar esta conquista.

Como parte deste esforço, todos devem participar, na próxima semana, das três reuniões setoriais e da Assembleia/Ato para a categoria intensificar a mobilização pelo Plano e outras questões específicas de cada Justiça. A Assembleia/Ato será no dia 19, dia do "Adeus, Peluso".

## Planalto joga pesado pelo não-reajuste

Antes do pronunciamento do presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Antônio Andrade (PMDB-MG), o coordenador da Fenajufe Antônio dos Anjos Melquíades (Melqui) obteve informações, a partir de conversas com alguns deputados da base aliada do governo, de que o Palácio do Planalto estaria jogando pesado para que a votação não ocorresse hoje.

Para isso, a orientação era de que os deputados de sua base derrubassem o quórum de votação, recurso utilizado pelo governo em sessões anteriores, mesmo sob protesto dos servidores. "As informações até agora são de que o governo trabalha para não ter quórum. Alguns deputados disseram, inclusive, que a Ideli (Ideli Salvatti, secretária de Relações Institucionais da Presidência da República) tem atuado fortemente para que o projeto não seja apreciado hoje. A orientação continua sendo contrária ao nosso pleito. Mas é importante mantermos a pressão aqui, em cima dos deputados", informou Melqui, pouco antes da confirmação de que realmente não haveria quórum.

O presidente da CFT da Câmara, deputado Antônio Andrade (PMDB-MG), disse que o PL 6613/09 continuará na pauta da Comissão, independentemente da orientação do Palácio do Planalto. "Quero deixar claro que a presidência da Comissão cumpriu com o acordo, pois sabemos a importância de votar esse projeto logo", afirmou o deputado mineiro, ressaltando que o projeto estará na pauta da sessão da próxima quarta-feira, 18 de abril.

# Enunciado do CNJ sobre Greve admite a compensação

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na quarta-feira, 10, proposta de enunciado sobre os descontos de Greve dos trabalhadores do Poder Judiciário. A intensa atividade das entidades sindicais garantiu avanços, pois o texto aprovado incorpora a possibilidade de compensação, que não estava contemplada na proposta original do relator.

## Lição de casa no TRT12

Vale lembrar que, em julho de 2010, o então presidente do TRT12, juiz Gilmar Cavalieri, foi um dos magistrados que abriu as portas para uma postura cada vez mais restritiva ao Direito de Greve dentro e fora do Judiciário. Nas Greves anteriores, os servidores faziam a reposição de trabalho. Na gestão do juiz Gilmar Cavalieri, ele se posicionou de forma contrário a isso, defendendo o desconto de salário e afirmando que a compensação hora por hora era uma concessão que fazia à sua posição pessoal. Na época, quem não assinou acordo individual de compensação teve desconto de salário. Cavalieri agora é um dos desembargadores que se inscreveram para concorrer à vaga de ministro do TST.

A votação de quarta no Conselho Nacional de Justiça ocorreu por unanimidade, ao final da sessão, na chamada "pauta rápida", dos processos onde há consenso. Por isso, não houve a leitura do texto aprovado. Segundo informações do relator, conselheiro Gilberto Valente Martins, o novo enunciado, na redação aprovada, estabelece que a Greve suspende o contrato de trabalho, sendo legítimos os descontos salariais dos dias de paralisação, desde que não haja opção pela compensação.

Conforme Martins, o enunciado revela o entendimento atual do Conselho sobre determinada matéria, e a possibilidade dos descontos tem sido reiteradamente reconhecida pelo Plenário.

Segundo o assessor jurídico da Fenajufe, Pedro Pita Machado, a possibilidade de compensação foi incluída como uma espécie de recomendação aos tribunais e Sindicatos, para que haja efetiva negociação em torno do tema. Embora tenha sido negado o ingresso da Fenajufe e outras entidades no processo, impedindo a sustentação oral, o relator e vários conselheiros ouviram a argumentação dos sindicalistas e advogados. "É claro que o texto não reflete a posição dos trabalhadores sobre o Direito de Greve, pelo contrário, mas também é inegável que houve um avanço em relação à proposta original, que se limitava a autorizar os descontos", disse Pita.

Segundo ele, o atraso na regulamentação da Convenção 151 sobre a negociação coletiva no serviço público tem contribuído para gerar impasses como esses: "A matéria é típica para a negociação coletiva, e é preciso sensibilizar os administradores de que o salário dos dias de Greve é um componente importante para a resolução dos conflitos coletivos de trabalho". *Fenajufe, com informações da Assessoria Jurídica Nacional*

## CONFIRA A AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Reuniões Setoriais (temas específicos):

\*Justiça do Trabalho: dia 16 de abril, às 13h30 no TRT

\*Justiça Eleitoral: dia 17 de abril, às 13 horas, no TRE/SC

\*Justiça Federal: 18 de abril, às 17 horas, na sede da JF na Capital

### ASSEMBLEIA GERAL/ATO:

\*TRT: dia 19 de abril, às 16 horas, na rampa do Tribunal

## RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL/ATO, no dia 19 de abril do ano de 2012, quinta-feira, às 16 horas, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- 1 - Informes gerais;
- 2 - Jurídico;
- 3 - Campanha dos SPFs/Ato Unificado;
- 4 - Luta pelo PCS e lutas específicas da categoria;
- 5 - Uso do Fundo de Mobilização e Luta;
- 6 - Eleição de delegados para a XVII Plenária da Fenajufe em maio;
- 7 - Escolha de observadores para o Congresso da CSP/Conlutas no final de abril;
- 8 - Discussão e deliberação sobre a comissão de planejamento estratégico do TRT.

**Florianópolis, 12 de abril de 2012**

**Coordenação Geral do SINTRAJUSC**